Arche
Revista Discente de Arqueologia
Universidade Federal de Rio Grande

(DES)CONSTRUINDO MASCULINIDADES: ESTUDOS DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA

Alex Costa Soares[1]

RESUMO

A partir da década de 1970, com a ascensão do movimento feminista, inicia-se uma reflexão sobre a relação entre ciência e gênero (LÖWY, 2009: 40) que é ilustrada na arqueologia, primeiramente, com a publicação de "*Archeology and the study of gender*" que traz como questionamento as problemáticas do androcentrismo nas narrativas arqueológicas (CONKEY; SPECTOR, 1985). As arqueologias de gênero e feminista vêm questionando as naturalizações dos gêneros nas interpretações dos registros arqueológicos e como a própria arqueologia contribui, em certa medida, para a perpetuação de um imaginário popular no qual as mulheres são colocadas em uma posição de vulnerabilidade enquanto os homens são lidos como os provedores. Entretanto, por mais que as produções das arqueologias de gênero e feminista estejam aumentando gradativamente as discussões sobre o papel das mulheres no passado, ainda existem poucos estudos que visam desnaturalizar uma masculinidade hegemônica na interpretação dos registros arqueológicos. Nesse sentido, num primeiro momento faço uma breve contextualização do surgimento das arqueologias de gênero e feminista e, após isso, trago algumas indagações a respeito das construções de masculinidades ocidentais modernas e como essas construções são realizadas desde a infância através da cultura material, inclusive nas materialidades apresentadas nas mídias virtuais. Para isso, utilizarei de alguns exemplos pessoais que dialogam com as argumentações que serão desenvolvidas ao longo do artigo.

Palavras-chave: Arqueologia; Gênero; Masculinidades.

1. ARQUEOLOGIA DE GÊNERO E ARQUEOLOGIA FEMINISTA

Todo o conhecimento científico, incluindo o arqueológico, está fortemente relacionado com o contexto no qual ele é produzido e, por esta razão, podemos alegar que, inevitavelmente, a interpretação dos registros arqueológicos é condicionada ao contexto em que a(o) arqueóloga(o) está inserida(o) (SANCHÉZ, 2004). Dessa forma, não se pode começar a falar sobre arqueologia de gênero ou arqueologia feminista sem antes fazer, mesmo que brevemente, uma contextualização dos movimentos feministas à época de seu advento.

[1] Graduado em Arqueologia, Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: alexsoares222@hotmail.com.

O feminismo, enquanto um movimento coletivo de mulheres, surge na segunda metade do século XX, num contexto norte-americano e europeu, a partir do reconhecimento de que as mulheres são sistematicamente oprimidas nas relações sociais e que essas relações de desigualdade não se enquadram no âmbito da natureza sendo, portanto, passíveis de uma transformação política (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009: 144). Doravante, os primeiros anos do movimento feminista podem ser divididos em duas tendências gerais: uma tendência sufragista e uma tendência socialista; o movimento feminista sufragista, ou também chamado de "burguês", se desenvolveu em países onde o capitalismo já se encontrava em estágio avançado - tais como Estados Unidos e Inglaterra - e limitava-se na tentativa de alcançar uma igualdade jurídica entre mulheres e homens, acreditando que a igualdade perante as leis seria suficiente para solucionar todos os problemas de caráter discriminatório sofridos pelas mulheres. Por outro lado, o feminismo socialista que surge após a publicação de "O manifesto comunista" entende que a luta das mulheres está diretamente ligada à luta de classes: o fim da propriedade privada, exploração do proletariado e instauração de uma sociedade socialista resultaria em uma sociedade sem desigualdades tanto no que tange à categoria de classes como nas categorias de raça e gênero (COSTA; SARDENBERG, 2008: 26). A partir da década de 1960 começa a se delinear então uma nova onda contestatória na qual emerge um "novo" feminismo: uma tendência que, além de lutar pela igualdade jurídica das mulheres "questiona o papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, luta por uma transformação nas relações humanas e pela extinção das relações baseadas na discriminação social" (COSTA, SARDENBERG, 2008: 29).

Como resultado desses movimentos, considera-se que é a partir da década de 1970, com a ascensão do movimento feminista, que se inicia uma reflexão sobre a relação entre ciência e gênero (LÖWY, 2009: 40). Essa reflexão é ilustrada na arqueologia, primeiramente, com a publicação de "*Archeology and the study of gender*" que traz como questionamento as problemáticas do androcentrismo nas narrativas arqueológicas (CONKEY; SPECTOR, 1985), ou seja, contar a história da humanidade de forma centralizada na figura de corpos masculinos. Posteriormente foram delineando-se outros movimentos dentro da própria arqueologia, inspirados nas críticas feministas, que culminaram no que hoje se entende como Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista.

A arqueologia de gênero surge como uma proposta de recolher dados sobre as mulheres e as atividades por elas exercidas no passado, evidenciando a necessidade de "recuperar" as mulheres nos registros arqueológicos (BERROCAL, 2009: 26). Concomitantemente, a arqueologia de gênero se propõe a um afastamento político, fitando colocar-se em uma posição de neutralidade e objetividade, negando uma influência direta dos movimentos feministas e, portanto, é considerada por algumas autoras não como precedente da arqueologia feminista mas, ao contrário, como uma versão reduzida desta (BERROCAL, 2009: 26-27). Se por um lado a arqueologia de gênero se esquiva de assumir um posicionamento político bem determinado, a arqueologia feminista caminha no sentido contrário. As arqueólogas feministas buscam mais do que evidenciar os registros arqueológicos das mulheres no passado: pretendem realizar uma transformação

epistemológica, transformar o fazer arqueológico de modo a criar "novos problemas através da reconsideração do papel do investigador na rede que forma a teoria, os dados e a prática arqueológica" (CONKEY; GERO, 1997: 424 apud BERROCAL, 2009: 27. Tradução minha).

No Brasil, as discussões sobre gênero foram incorporadas na prática arqueológica por volta de 1990 e 2000 (PAGNOSSI, 2017: 55). Por mais que essa incorporação tenha se dado de maneira tardia em relação às outras ciências, é importante reconhecer que estes trabalhos têm trazido novas perspectivas para a Arqueologia Brasileira e que nós, enquanto arqueólogos e arqueólogas em potencial, temos a capacidade de fomentar questionamentos, através de nossas produções, que façam repensar não só as relações discriminatórias em relação às construções de gênero, mas que também dialoguem entre críticas de raça e classe.

2. GÊNERO, INFÂNCIA E AS MATERIALIDADES DISPOSTAS EM PLATAFORMAS VIRTUAIS

Desde a transição do pleistoceno para o holoceno é possível identificar que as revoluções tecnológicas protagonizadas pela humanidade começaram a se dar em um intervalo temporal cada vez menos espesso. Essas transformações também se estenderam para a vida social. Se olharmos para as histórias contadas sobre o mundo na Idade Média, iremos encontrar muitas diferenças entre os costumes antigos e os atuais. Exemplo disso é justamente o surgimento de uma noção de infância que, de acordo com Philippe Ariès (1981), até meados do século XII, parecia ser desconhecida.

> Uma miniatura otoniana do século XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão. [...] Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor. Apenas seu tamanho os distingue dos adultos. (ARIÈS, 1981: 39).

Materializa-se, através das representações artísticas, a transcrição de um "sentimento" de infância completamente distinto ao que estamos familiarizados em um contexto contemporâneo. As feições que distinguiam a criança de um adulto se limitava ao seu tamanho: numa das representações bíblicas datada entre o final do século XII ou início do século XIII, Ismael, pouco tempo depois de nascer, "tem os músculos abdominais e peitorais de um homem" (ARIÈS, 1981: 39) em um tamanho reduzido. A criança, assim que crescia o suficiente para não depender constantemente de sua mãe, era ingressada na sociedade dos adultos sem que lhe fosse atribuída distinção (ARIÈS, 1981:39).

Paulatinamente a figura da criança foi sendo "construída" nas representações artísticas assim como no comportamento social. É, sobretudo, a partir dos séculos XV e XVI que uma nova perspectiva acerca do período da infância passa a ser observada:

> Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de "paparicação". (ARIÈS, 1981, p. 146).

Não precisaríamos ir tão longe, na Idade Média, para exemplificar as constantes transformações sociais que precederam o ideal de “criança” ou “infância” da qual partilhamos atualmente. Qualquer conversa com as gerações anteriores será capaz de evidenciar outras narrativas que marquem as distinções entre as configurações sociais do passado e do presente, marcando grandes diferenças sobre o tratamento e concepção de “infância” entre gerações. Assim como o constructo da infância foi sendo socialmente estabelecido, novas convenções foram surgindo prescrevendo quais tipos de comportamentos e experiências as crianças poderiam ou não vivenciar e, consequentemente, quais materialidades as crianças teriam ou não acesso de acordo com sua faixa etária e gênero.

O marco temporal da infância foi tomando novas proporções até que, em 20 de novembro de 1959, a Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança – da qual o Brasil é signatário – que garante à toda criança, dentre outros direitos, o direito ao lazer infantil. Diferentemente da concepção da Idade Média, onde a criança logo era inserida em meio aos adultos, temos a consolidação do ideal de infância como período transitório (ARIÈS, 1981). É nesse momento em que os indivíduos passam pelos processos de se tornarem membros de uma determinada sociedade e, na maioria dos casos, estes processos de aprendizagem sobre as formas como devem agir ou aquilo que devem se tornar não se dão apenas pela educação formal, mas também pela forma como interagem com a materialidade ao seu redor (MILLER, 2013:200).

Na minha infância era muito comum pedirmos brinquedos de presente: bolas, bonecas, bicicletas… Gostávamos de brincar ao ar livre, correr pelo quintal, subir em árvores e inventar desafios. Pouquíssimos de nós tínhamos acesso a um computador ou o seu próprio celular, realidade que era compartilhada por grande parte da população brasileira: em 2008 apenas 21% dos domicílios possuíam telefone celular com acesso à internet, 23% tinham computadores de mesa e apenas 3% com computadores portáteis (CETIC, 2008). Com a geração das minhas sobrinhas Laura e Lis, de 5 e 1 anos respectivamente, percebo que a tecnologia, mais do que nunca, está adentrando cada vez mais cedo às nossas vidas. Laura, mesmo antes de completar 3 anos, sem saber ler nem escrever, já sabia como abrir o aplicativo do YouTube no seu próprio tablet; Lis, que acaba de completar um ano, fica entretida quando vê algum vídeo na tela de um celular e ambas podem passar horas assim. O exemplo das minhas sobrinhas não precisa, e nem pode, ser encarado como um fato isolado, é inegável que a tecnologia e os meios de acesso à informação atingiram níveis nunca antes vistos e, a depender de um recorte social, estão adentrando cada vez mais precocemente na vida das pessoas: de acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018, o número de domicílios com acesso à internet ultrapassou os 79 pontos percentuais (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018).

As plataformas virtuais passaram a ter conteúdo voltado especificamente para crianças e são alguns desses conteúdos que pretendo analisar: como a materialidade apresentada através de plataformas virtuais contribui para a construção de gênero na infância. Pensando nisso, fiz algumas pesquisas assistemáticas, de forma casual, no YouTube, buscando pelas palavras-chave "menino e menina" e encontrei vários conteúdos voltados ao público infantil. Passei então a analisar como a materialidade é distribuída nesses vídeos em conformidade às dicotomias masculino/feminino, macho/fêmea, homem/mulher. O primeiro caso a ser mostrado é sobre o videoclipe da música "Menino e Menina" do grupo Pequenos Atos, grupo musical evangélico cujas produções são destinadas ao público infantil. No videoclipe temos 5 personagens: duas crianças e uma pessoa adulta representando as noções de masculinidade e duas crianças representando as noções de feminilidade. Noções estas que são culturalmente criadas e naturalizadas nos processos de socialização de cada indivíduo. Segue o diálogo entre as personagens durante a música:

> Meninos: Eu sou um menino, Deus me fez assim!
> Meninas: E eu sou uma menina...
> Meninos: Diferente de mim...
> Meninas: E eu sou uma menina, Deus me fez assim!
> Meninos: E eu sou um menino...
> Meninas: Diferente de mim...
> Homem adulto: Não deixe confundir sua cabeça, Deus te fez perfeito! Fez macho e fêmea com habilidades, cada um de um jeito. Sobre esse assunto bata o pé: ou é Maria ou José! Menino é muito forte, menina delicada é... Sobre esse assunto bata o pé: ou é Maria ou José! Deus com sabedoria formou só homem e mulher.

Figura 1 - Frame do videoclipe da música "Menino e menina" do grupo Pequenos Atos.

Fonte: MENINO… (2018). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WVPX2F3Yd9g. Acesso em: 22 jun. 2019.

Figura 2 - Frame do videoclipe da música “Menino e menina” do grupo Pequenos Atos.

Fonte: MENINO… (2018). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WVPX2F3Yd9g. Acesso em: 22 jun. 2019.

Figura 3 - Frame do videoclipe da música “Menino e menina” do grupo Pequenos Atos.

Fonte: MENINO… (2018). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WVPX2F3Yd9g. Acesso em: 22 jun. 2019.

A letra, de caráter transfóbico, além de instruir as crianças a evitar discutir assuntos sobre as configurações de gênero, reforça a necessidade de se deixar claro, logo na infância, que homens são diferentes de mulheres e que cada um deve apresentar uma *performance* de acordo com o seu gênero. Os meninos devem ser fortes enquanto as meninas devem ser delicadas. Essa mensagem é transmitida também de acordo com a materialidade que é disponibilizada de acordo com o gênero da personagem. O fundo do cenário das crianças que representam noções de masculinidade é amarelo e azul com alguns carrinhos, pipas, bolas de futebol e bigodes; por outro lado, no cenário rosa e lilás das crianças representantes das noções de feminilidade estão ilustradas bonecas, ursinhos, corações, flores e estrelas. Em

determinado momento entre a submissão e revisão deste artigo o videoclipe foi removido da plataforma YouTube, entretanto a música ainda está disponível na plataforma.

Outro resultado que obtive nas buscas pelo YouTube foi de outra música, uma que chegou a causar grande repercussão: "Nosso gênero vem de Deus", do grupo Trio R3, composto por três irmãos professantes da fé cristã de vertente evangélica. No videoclipe da música meninos e meninas estão separados, meninos de um lado e meninas do outro, onde todos os meninos vestem azul e brincam com carrinhos enquanto as meninas vestem roupas com variações de rosa e brincam com bonecas. As dicotomias entre os gêneros se estendem para as gesticulações: os meninos constantemente erguem os punhos cerrados como representação de força e as meninas, por sua vez, seguram nas barras de suas saias e vestidos balançando de um lado para outro. Segue a letra da música:

> Sou menino!
> Sou menina!
> Sou menino!
> Sou menina!
> Lalaia.
> O bondoso criador
> Fez meninos e meninas
> Com o seu imenso amor
> A palavra nos ensina
> Não nasci no corpo errado
> O meu criador amado
> Desenhou um corpo pra mim
> Sou menina, menina feminina
> Sou menino, menino masculino
> Não somos acidentes
> Nem erros divergentes
> Fomos feitos pelo criador
> Sou menino diferente das meninas tão legais
> Sou menina feminina isso é lindo e bom demais
> Nosso gênero vem de Deus e não pode ser mudado
> Me aceito como sou
> Vou cumprir o meu chamado.

Nos cultos evangélicos não é rara a proliferação de discursos que visam a manutenção da "família tradicional brasileira" em conformidade com configurações hegemônicas de gênero, o homem é concebido como o 'varão', provedor e chefe da família enquanto a mulher é submissa à autoridade do marido e destinada aos afazeres domésticos. Em outro vídeo, intitulado como "Culto infantil - Meu gênero vem de Deus" disponibilizado no YouTube, observa-se a ministrante do culto utilizar uma maçã e uma banana de forma lúdica para explicar a diferenciação de gênero "banana nunca pode ser maçã e maçã nunca pode ser banana porque papai do céu criou tudo em seu devido lugar. Ele nunca erra!". Prosseguindo, ela ainda utiliza dois bonecos representando bebês, um vestido de azul e outro vestido de rosa,

dizendo “Quando nós nascemos, nós nascemos ou menino [aproximando o boneco vestido de azul da câmera] ou menina [aproximando o boneco vestido de rosa da câmera]”. Ao se referir a temática, a ministrante ainda aborda o assunto como uma “ideologia maligna que o inimigo está colocando na cabeça das pessoas”.

A influência evangélica na socialização dessas crianças reverbera nas produções musicais acima citadas. Assim como no primeiro caso, a letra da música “Nosso gênero vem de Deus” reforça a dicotomia entre os gêneros e a diferença entre meninos e meninas com um julgamento religioso muito forte. O assunto é abordado como se a feminilidade e a masculinidade fossem algo biologicamente associados aos sexos, demonizando a existência de pessoas não-cisgêneras[2]. Mais uma vez, a materialidade presente no videoclipe contribui para a construção de um ideal de gênero no qual as meninas devem usar rosa e brincar de bonecas enquanto os meninos devem usar azul e brincar de carrinhos. Essas materialidades nos informam quais papéis sociais essas crianças devem assumir na vida adulta (PEREIRA, 2018:168); sendo esperado dos meninos um papel de proatividade enquanto no caso das materialidades destinadas às meninas, como nos aponta Adriana Fraga Silva (2018:192), existe um projeto de interiorização da domesticidade feminina, associando-as aos cuidados com a família e submissão. Percebemos, em ambos os casos mostrados, que mesmo nas plataformas virtuais a materialidade continua se caracterizando como um elemento fundamental na construção e diferenciação dos gêneros, até mesmo nas produções cujo público alvo são crianças.

3. A MATERIALIDADE EM FOCO: A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES PELA RELAÇÃO OBJETO-PESSOA

A arqueologia é uma ciência que tece narrativas a partir de objetos. É através dessa materialidade que tentamos recontar a história das pessoas: como moravam, como comiam, como se relacionavam umas com as outras e com o ambiente ao seu redor, como viviam! Talvez isso ocorra pois como já dizia Daniel Miller “as coisas fazem as pessoas tanto quanto as pessoas fazem as coisas” (MILLER, 2013: 200). Ao coletar narrativas de garimpeiros e garimpeiras enquanto realizava um trabalho de Educação Patrimonial em Serra Pelada - PA, Marcia Bezerra (2015) consegue trazer à tona essa agência que a materialidade tem nas relações entre as pessoas tanto no passado quanto no presente. Em um dos relatos coletados por Bezerra, D. Raimunda indaga: “Se eu não tiver a minha bateia, quem vai dizer que sou garimpeira?” (BEZERRA, 2015: 222). Por outro lado, Almudena Hernando (2017) publica seu trabalho etnoarqueológico entre os Gumuz e Dats’in na Etiópia evidenciando como a materialidade - na forma de contas de colares - atua como parte inseparável do corpo das mulheres (HERNANDO, 2017: 451) determinando uma relação entre objeto e a construção de gênero. Isso significa dizer que a materialidade está intrinsecamente ligada à construção das pessoas, reforçando a necessidade de se atentar à relação entre a materialidade e as construções de gênero - não só das feminilidades mas também em relação à construção das masculinidades.

[2] Cisgênero: pessoa que está em conformidade com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

> Indivíduos crescem para se tornar, em graus variáveis de tipicidade, membros de determinada sociedade. Na maioria dos casos isso não acontece pela educação formal, mas porque os hábitos e disposições gerais das sociedades lhes são inculcados pelo modo como interagem em suas práticas cotidianas com a ordem já prefigurada nos objetos que encontram em torno de si. (MILLER, 2013: 200).

Chego até este ponto entendendo o gênero em dois termos: como um fenômeno social e como uma construção social. Como um fenômeno social, pois em todas as sociedades observadas existe uma diferenciação entre os indivíduos a partir do seu sexo biológico (LIMA, 1999:3); e como uma construção social pois essa diferenciação entre os indivíduos é construída culturalmente e, por isso, varia no tempo, espaço e entre culturas (id., ibid.). Assim, as construções de gênero também podem ser observadas nas relações objetos-pessoas.

Mas, afinal de contas, o que é a masculinidade? É uma propriedade que pode ser medida? Nós, homens, nascemos com ela? De acordo com Michael S. Kimmell (1998: 105) a masculinidade não é uma essência eterna, mítica ou biológica, mas que existem diferentes tipos de masculinidade sendo construídas simultaneamente em dois campos de relações de poder: a desigualdade de gêneros (entre homens e mulheres) e as relações de desigualdades baseadas em classe, raça e sexualidade (de um homem com outros homens). Assim, dois elementos intrinsecamente ligados a construção da masculinidade são o sexismo e a homofobia (KIMMELL, 1988: 105) e, dessa forma, o homem (de acordo com uma masculinidade hegemônica) deve ser construído socialmente em oposição as figuras da mulher e do homossexual (ou de outros homens que apresentam uma masculinidade subalterna).

Os objetos, as coisas ou a materialidade - independente da nomenclatura que damos à elas - estão presentes em nossas vidas desde antes de nascermos: geralmente, quando uma criança nasce já existe todo um enxoval preparado. Quando a família está à espera de um menino, podemos perceber uma "onda" azul: roupinhas, sapatos, brinquedos… O mesmo acontece quando se espera uma menina, porém a cor da vez é o rosa! Afinal de contas, meninos usam azul e meninas usam rosa? Os meninos não estão programados biologicamente para gostarem de azul, de brincar de carrinhos ou de super-heróis. Da mesma forma, as meninas não estão biologicamente programadas para gostarem de rosa, de brincar de casinha e bonecas de princesas. Essas materialidades são cuidadosamente escolhidas e disponibilizadas para cada pessoa de acordo com o que se espera delas, e toda essa expectativa do que o outro será - muitas vezes determinada pelo seu sexo e gênero - também é transmitida pelos objetos.

Por toda a minha infância eu fui ensinado - não só pelos meus pais, mas por todos ao meu redor - como eu deveria me comportar enquanto um homem em formação. Esse ensino nem sempre se dava de forma consciente e proposital, muitas vezes ele se dava em pequenas conversas ou mesmo brincadeiras e, consequentemente, na cultura material que me era apresentada como "coisas de menino", tais como bolas, pipas e carrinhos. Nesse processo

estava sendo construída uma expectativa de masculinidade hegemônica (o ideal masculino) em oposição à feminilidade e às masculinidades subalternas (homens homossexuais e/ou efeminados). A relação entre a cultura material e esses processos de formação de masculinidades pode ser observada a partir das brincadeiras: eu sempre fui enormemente repreendido por gostar de brincar de bonecas com minhas irmãs e sempre me mandavam jogar futebol ou soltar pipa (porque eram coisas de meninos). Mais uma vez, o meu exemplo não deve ser encarado de forma isolada pois expressa não uma configuração exclusivamente familiar, mas uma configuração social amplamente difundida no mundo ocidental moderno.

Cechin e Silva (2012) ilustram bem como o conceito de masculinidade hegemônica é acionado em crianças através dos brinquedos. As autoras realizaram um trabalho envolvendo 28 crianças, 16 meninos e 12 meninas com idade entre 7 e 8 anos, estudantes de uma escola da rede municipal de Porto Alegre que atende às classes sociais economicamente menos favorecidas, cujo objetivo era "compreender os discursos que são produzidos e tramados pelas crianças na sua relação com os bonecos (CECHIN; SILVA, 2012, p. 142). Foram reunidos 46 bonecos e bonecas dos quais 16 apresentavam fenótipos não-normativos na sociedade moderna ocidental: eram negros, idosos, de cabelo crespo, obesos, etc. Após entrarem em contato com as bonecas, as crianças as dividiram em três categorias: os legais, os feios e os diferentes.

> Na classificação dos bonecos como "legais", as crianças evidenciam o conceito de beleza da contemporaneidade (figura 1). Discursos como "eu gostei do Max Steel, ele luta e tem armas" e "ele é legal, é um boneco de luta!", referentes ao boneco Max Steel, trazem muito do modelo dominante de masculinidade representado pelos bonecos destinados aos meninos: as figuras de ação. Isto é, esses bonecos possuem padrões de beleza masculina hegemônica: pele branca, olhos claros, corpo musculoso, cabelo liso, rosto com expressão agressiva. O boneco tipo Ken negro foi bem aceito pelas crianças, que o associaram com o personagem do game GTA, um jogo que representa violência e agressividade, demonstrando as mesmas características "viris" do Max Steel. Sua roupa (calça jeans e camiseta) e seu tênis, que foi visto por uma das crianças como um Nike, mostram que as roupas e a marca do tênis o colocam nesse grupo, diferentemente de outro boneco negro, que foi classificado e inserido no grupo dos "feios" (CECHIN; SILVA, 2012, p. 144).

As construções de gênero do mundo Ocidental moderno ditam como as pessoas devem se comportar: os homens devem assumir o papel da potencialidade, dominação, agressividade e virilidade enquanto as mulheres são postas em uma posição de vulnerabilidade ontológica, impotentes e submissas. A reverberação dessas configurações pode ser observada na prática: em 2018, no Brasil, foram 1206 vítimas de feminicídio e 80% das vítimas de estupro foram meninas e mulheres (COSTA, 2019).

Por muitos anos a arqueologia contribuiu para a manutenção desses ideais de gênero, tais como pelas publicações de "*Man, the hunter*" em 1966 por Richard Lee e Irven DeVore

seguido de "*Woman, the gatherer*" por Frances Dahelberg em 1981 reforçando a imagem do homem que sai para caçar e a mulher como responsável pelas atividades consideradas domésticas, transportando para o passado a mesma diferença de valoração entre as atividades desempenhadas por homens e mulheres que vemos contemporaneamente: as atividades consideradas femininas são menos valorizadas e postas em segundo plano enquanto aquelas consideradas "atividades masculinas" são enaltecidas e hiper-visibilizadas. Entretanto, os estudos de arqueologia de gênero e arqueologia feminista têm questionado essas configurações de gênero voltando sua atenção principalmente para a desconstrução dos ideais de feminilidade, dando pouca atenção à construção de gênero oposta: a masculinidade. Da mesma forma que tentamos desconstruir a ideia que vincula às mulheres uma identidade relacional (associada a impotência e vulnerabilidade) devemos entender as masculinidades como uma construção social que demanda um longo período de tempo, sofre constantes transformações - no tempo, espaço e entre culturas - (CONNELL, 1995: 190) e que, por esta razão, não pode ser naturalizada: é construída simultaneamente nas relações entre homens e mulheres e nas relações de homens com outros homens (KIMMEL, 1998: 105).

Figura 4 - A caixa dos homens

Fonte: https://papodehomem.com.br/a-masculinidade-tem-sido-a-principal-inimiga-dos-homens/.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar em qualquer livro ou até mesmo filmes sobre a pré-história que as configurações sobre os papéis de gênero parecem as mesmas que observamos hoje em dia, como se essas configurações fossem algo natural e que nunca mudaram ao longo dos anos (ZARANKIN; SALERNO, 2009: 219). Ainda nas produções cinematográficas que dialogam com o campo da arqueologia não podemos deixar de notar o arquétipo do arqueólogo representado por Indiana Jones: homem, hétero, cisgênero, branco, e demais características que o concebem como o modelo de "macho ideal", "ele encarna e atualiza um dos mitos mais pervasivos da ciência moderna: o do macho dominante e conquistador" (RIBEIRO, 2017).

A maior parte dos trabalhos sobre gênero na arqueologia visam evidenciar o androcentrismo que paira sobre a disciplina, tentando demonstrar que o passado sempre foi

construído em torno da figura dos homens (ZARANKIN; SALERNO, 2009: 227), invisibilizando as mulheres. Por mais que os homens sempre tenham tido uma visibilidade no passado, seu gênero tem sido "não marcado", sua presença é assumida na forma de um corpo neutro, sem gênero, raça ou outra categoria socialmente identitária (Conkey e Spector 1984; Joyce 2004; Knapp 1998b:92; Nelson 1997:I6; Wylie 1991 apud ALBERTI, Benjamin, [n/d]:401) um ideal de masculinidade hegemônica contemporânea é transportado ao passado contribuindo para sua naturalização (ALBERTI, Benjamin, 1997: 212).

> Dissolver a naturalização do ideal e expor a impossibilidade de realmente incorporar este ideal [...] é uma parte importante do processo de desnaturalizar o passado, de deixar as diferenças inerentes ao material se destacarem. Ademais, reconhecer a falsa ontologia da categoria "homem" coloca em questão as formas pelas quais arqueólogos atribuem "masculinidade" a corpos supostamente masculinos no passado. (ALBERTI, Benjamin, 1997: 212, tradução minha)

Assim como pontua Alberti ([n/d] p. 402), não acredito que precisamos de uma "arqueologia da masculinidade", mas sim enxergar a masculinidade enquanto uma construção social tal qual é a feminilidade e continuar nos esforçando para não ler as configurações de gênero do passado com as mesmas definições que conhecemos hoje, de pensar essas configurações como múltiplas e mutáveis possibilidades e não como se gênero fosse algo cristalizado no tempo e espaço. Na verdade, criar exageradamente várias repartições dentro da disciplina sempre foi algo que me incomodou um pouco, pois dá a entender que para falar sobre gênero eu necessariamente tenha que fazer uma "arqueologia de gênero" ou "arqueologia feminista" como se essas discussões não coubessem nas "outras arqueologias". Fato é que a Arqueologia, enquanto área do conhecimento reconhecida por ter determinada autonomia na construção de narrativas sobre o passado, pode contribuir para a naturalização das dicotomias modernas sobre gênero (RIBEIRO, 2017).

Este texto é fruto de alguns incômodos que surgiram ao longo da minha trajetória acadêmica e ao estudar como as discussões sobre as configurações de gênero e infância foram incorporadas nos trabalhos arqueológicos. Espero que após a leitura deste artigo a leitora ou o leitor se sinta instigada(o) a avaliar como a cultura material – objeto de estudos da Arqueologia – condiciona a manutenção das dicotomias de gênero e reflita sobre como nossas produções tem a potencialidade de contribuir ou refutar aquilo que por muitas décadas foi naturalizado. Enquanto uma ciência que consegue acessar períodos temporais de longa duração, a Arqueologia pode ser utilizada como um instrumento de fortalecimento à desnaturalização dos ideais hegemônicos de gênero. Acredito que precisamos de uma Arqueologia que seja, independentemente de sua repartição teórico-metodológica, compromissada e politicamente posicionada capaz de fazer um diálogo entre as diversas críticas sociais, sejam elas de gênero, raça ou classe.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Sala de imprensa*: PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. IBGE, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais. Acesso em: 8 set. 2020;

ALBERTI, Benjamin. *Archaeology, men and masculinities*. Disponível em: <https://www.academia.edu/31000304/Archaeology_men_and_masculinities>. Acesso em 05 de jun. de 2019;

ALBERTI, Benjamin. The naturalization of a male body through archaeology. In: *Archaeology and Masculinity in Late Bronze Age Knossos,* University of Southampton, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BERROCAL, María Cruz. Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. In: *Trabajos de prehistoria* 66, Nº 2, jul./dez 2009, p. 25-43.

BEZERRA, Marcia. Na beira da cava: arqueologia, educação patrimonial e direitos humanos em Serra Pelada, Pará, Amazônia. In: *Revista de Arqueologia*, v.28, n 2, 2015, p. 216-228.

CECHIN, Michelle Brugnera Cruz; DA SILVA, Thaise. MENINOS, BONECOS E MASCULINIDADE: CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E BRINCADEIRAS SIMBÓLICAS. *Poíesis Pedagógica*, v. 10, n. 1, p. 134-154, 2012.

CETIC. TIC *Domicílios*: Proporção de domicílios que possuem equipamentos TIC. Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM. Acesso em: 8 set. 2020.

CONKEY, Margaret W; SPECTOR, Janet. "Archaeology and the study of gender". *In*: *Advances in archaeological method and theory*. London: Academic Press, 1985, p. 1-29.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez 1995, p. 185-206.

COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia Maria B. *O feminismo no Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. FFCH/UFBA, 2008, p. 23-50.

COSTA, Gilberto. Estupro bate recorde e maioria das vítimas é de meninas até 13 anos: Anuário de Segurança Pública aponta aumenta de feminicídio. *Agência Brasil,* Brasília, p. 1, 10 set. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos. Acesso em: 8 set. 2020.

CULTO infantil - Meu gênero vem de Deus. Direção: IEADSM. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0wjrMk3leSY. Acesso em: 7 jul. 2021.

DAHLBERG, Frances (Ed.). *Woman the gatherer*. Yale University Press, 1981.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Elena, et al. *Dicionário crítico do feminismo*, São Paulo, UNESP, 2009, p. 144-149.

HERNANDO, Almudena. Cuerpo, cultura material y género entre los Gumuz y Dats'in (Etiopía). *Complutum*, v. 28, n.2, 2017, p. 445-460.

KIMMELL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LEE, Richard Borshay; DEVORE, Irven. *Man the hunter*. Routledge, 2017.

LIMA, Tania Andrade. Estudos de gênero na arqueologia brasileira: por que não? *Habitus*, Goiânia, v. 1 n. 1, 2003, p. 103-128.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Elena, et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, UNESP, 2009, p. 40-43.

MENINO e menina. [S. l.]: Pequenos Atos, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WVPX2F3Yd9g. Acesso em: 22 jun. 2019.

MILLER, Daniel. Questão de vida ou morte. In: MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2013.

NOSSO gênero vem de Deus. [S. l.]: Trio R3, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vXo7cyfRLAc. Acesso em: 23 jun. 2019.

PAGNOSSI, Nádia Carrasco. Construindo uma arqueologia de gênero. *Revista de arqueologia pública*, v. 11, n 1. Campinas, jul./2017, p. 50-66.

PEREIRA, Rodrigo. Fazer-se criança no candomblé – infância, educação formal e gênero. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 158-175, dez. 2018. ISSN 1982-1999. Disponível em: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/591>. Acesso em: 23 jun. 2019. doi: https://doi.org/10.24885/sab.v31i2.591.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 210-234, 2017.

SANCHÉZ, Rodrigo. La arqueología, un conocimiento intencionado. In: *El pasado com intención*: hacia uma reconstrucción crítica del pensamiento arqueológico en Venezuela (desde la Colonia al Siglo XIX). Universidade Central de Venezuela: Fondo Editorial Tropykos, 2004.

SILVA, Adriana Fraga da. Infância, gênero e brinquedos. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 176-196, dez. 2018. ISSN 1982-1999. Disponível em: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/597>. Acesso em: 23 jun. 2019. doi: https://doi.org/10.24885/sab.v31i2.597.

UN, General Assembly. (1959). *Declaration of the rights of the child*. [S.l.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/malaysia/1959-Declaration-of-the-Rights-of-the-Child.pdf>. Acesso em 23 de jun. de 2019.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa Anabella. "Sobre bonecas e carrinhos"; desconstruindo as categorias "feminino"e "masculino" no passado. In: *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, vs. 11 e 12, ns 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jul. 2009, p. 219-240.

Submissão: 13/05/2020
Revisão: 07/07/2021
Aprovação: 10/07/2021
Publicação: 02/03/2022